



A solidão da **RUA**

TEXTO **SAMANTHA KLEIN**

FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

O VIADUTO DA BORGES DE MEDEIROS é um dos cartões postais de Porto Alegre. Erguido nos anos 20 do século passado, ele projeta um tempo em que a cidade se expandia a partir das influências francesas na arquitetura, se tornando um dos mais icônicos pontos da Capital. Por entre as curvas e pilares em estilo arquitetônico eclético, alguns apenas passam, enquanto outros fazem do viaduto a sua casa.

O problema social dos moradores de rua é antigo e está presente em todas as grandes cidades, conforme ressaltava o sociólogo da UFRGS Ivaldo Gehlen. Mas as razões que levam um indivíduo a ficar vivendo em um espaço público precisam ser discutidas.

As questões relacionadas a perdas familiares, sentimentais, materiais, violência, além dos vícios, continuam entre as principais causas que levam pessoas a irem viver nas calçadas das avenidas das cidades. Os especialistas percebem mais usuários de drogas entre esses indivíduos. No entanto, mesmo com as devastadoras consequências do uso do crack, não é possível afirmar que tenha ocorrido uma mudança substancial do perfil daqueles que estão escolhendo, ou não tendo alternativa, a não ser eleger praças e viadutos como destino.

“A tendência é pelo aumento da população mais idosa nas ruas. Nos últimos anos, o incremento das políticas sociais contribuiu para a geração de mais oportunidades de trabalho e de estudo, estancando o deslocamento de jovens para as ruas. Não se modifica, entretanto, a realidade do público de mais idade”, observa Ivaldo Gehlen.

Enquanto os transeuntes tentam desviar de colchões e cobertas encardidas, muitas vezes com medo de um assalto, pessoas vivem em condições precárias. O viaduto Otávio Rocha é apenas um exemplo do que se espalha por todo o eixo central de Porto Alegre e em alguns bairros, como Azenha, Bom Fim, Cidade Baixa, Floresta e Menino Deus, além das margens do Guaíba ou do Arroio Dilúvio.

Fomos conversar com alguns desses moradores em busca dos motivos que os levaram a viver nas ruas. Uns preferem ficar sem casa; outros sonham em retornar ao lar; alguns já conseguiram voltar ao abrigo de uma residência e projetam o futuro.

Invisibilidade, mas nem tanta

Rodrigo levanta antes de o sol clarear o parque. Busca na mochila uma gilete já usada, sabão e um pouco de água e, sentado em um banco voltado para a 24 de Outubro, começa a se barbear. Tem um pequeno espelho, desses comprados no R\$1,99, para fazer o desenho da barba. “Gosto de estar bem apresentado.” O ritual se repete de dois em dois dias.

O que segue a essa ação não é um trabalho formal, com carteira assinada, salário e férias remuneradas. Rodrigo é morador de rua há um mês. Resolveu que o Parcão, no bairro Moinhos de Vento, seria seu novo endereço. Segundo conta, o que lhe tirou de casa foi a violência do cunhado contra a irmã. Como vivia de favor na residência do casal, decidiu que não poderia mais conviver com aquela situação. “Um dia ele queria entrar no meu quarto para brigar comigo armado com um facão. Minha mãe me dizia para rezar, ter fé em meu Senhor e esperar, que tudo ficaria bem. Mas não aguentei mais. A mana Janaína não quer sair de casa por causa dos filhos”, justifica.

O Parcão, segundo ele, foi escolhido por causa de uma visão. Rodrigo garante ser médium. Ele frequenta um centro espírita e uma igreja Adventista. Sempre com uma bíblia na mão, tem fala mansa e sorriso fácil em oposição ao seu dramático histórico de vida. A primeira vez na rua não foi aos 40 anos, recém-completados, mas aos nove. Na época, ele e o irmão mais velho perambulavam pelo mesmo parque para conseguir algum dinheiro e fugir da violência que a mãe sofria dentro de casa.

Voltou para a residência da família depois que a mãe os encontrou, mas a experiência o aproximou do álcool e da maconha. Para sustentar o vício, roubava bicicletas na vizinhança. Mais tarde, casou-se, mas a bebida continuou no seu cotidiano. “Bebia somente no final de semana”, argumenta. “Mas minha mulher trabalhava de noite, e eu enxergava ‘bichinho’ nela. Acho que ela nunca me traiu, mas brigávamos muito; isso nos levou à separação.” Antes de romperem, porém, foi preso por porte de meio quilo de maconha. Foi enquadrado por tráfico e condenado a três anos em regime fechado.

Rodrigo nega que fosse traficante. “Fumava minha maconha. Naquele dia em que a policial me pegou, não estava vendendo nada. Mais consumia do que vendia”, sustenta. Mesmo que a legislação não defina um percentual para consumo, a quantidade apreendida era superior aos padrões “normais” de porte para um usuário de entorpecentes. Cumprida a pena no Presídio Central e na Modulada de Charqueadas, Rodrigo virou a página. “Nunca provei crack nem posso sentir o cheiro da maconha que passo mal. Ah, glória!”

Na cadeia, tatuou o amor pela ex-mulher nos dedos – *Té amo Sane*. “Ela me visitava, nunca me abandonou.” Hoje, Sane lava as suas roupas quando ele vai a Viamão visitar o filho de 14 anos. Na manhã de uma segunda-feira de dezembro, Rodrigo estava exultante porque o garoto o tinha levado ao cinema. “Vimos um filme de pinguins, e ele pagou o ingresso. O Gilberto está na oitava série e ganha o dinheirinho dele ajudando o tio na instalação de TV a cabo. Estou muito orgulhoso.”

AVC – Rodrigo já foi pintor e fazia reparos quando morava em uma casa com a família. Mesmo com o hábito da bebida, não faltava ao trabalho. Há seis anos, um acidente vascular cerebral interrompeu suas atividades. Como sequelas, o braço direito ficou sem movimento. Ele também precisa de muletas para caminhar.

Um laudo médico não concedeu aposentadoria por invalidez, o que poderia resolver o problema de moradia. Com fisioterapia oferecida pela rede pública, teve algumas melhorias no quadro, embora os resultados sejam muito lentos. “Fiz muitas sessões, mas é difícil sair do parque e ir para o Centro. Chego lá e em meia hora já sou dispensado, não me parece que vou melhorar.”

As muletas que usa para se locomover já tiveram, porém, outra função. Questionado sobre o medo de algum eventual ataque por transeuntes do parque, ele mostra o instrumento utilizado como apoio ao corpo. “Não fico com medo de nada porque, se algum playboy surgir aqui para me enxotar ou me agredir, vou me defender bem”, diverte-se.

Vontade de voltar para casa

“Me roubaram tudo, não sobrou nada. Estou sem roupa, sem meus documentos, sem as coisas de banho que ganhei na semana passada”, diz Adriana ao telefone. Ela liga de um celular emprestado por algum professor ou funcionário da Escola Porto Alegre, que atende moradores de rua. Questiono se ela fez boletim de ocorrência, e Adriana garante que sim. No dia seguinte, em meados de dezembro, ela liga novamente para contar que conseguiu refazer a carteirinha do SUS.

Desde o inverno, Adriana vive com o marido na calçada da Panambra. Como são obrigados a saírem de lá durante o dia, escondem as cobertas em uma praça que fica em frente à revenda de carros localizada na avenida da Azenha. “Só queria voltar para a minha casinha antes do Natal. Queria estar lá com meus cachorros e meus filhos”, lamenta

O barraco em que viviam até poucos dias está caindo. No endereço localizado no bairro Serraria, na zona Sul da Capital, é marcante a precariedade das tábuas enjambradas com telhas furadas. Ao entrar no local de 12 metros quadrados, ratos correm de um lado a outro. Um colchão encardido resiste ao tempo e alguns utensílios de cozinha estão dispostos sobre uma mesa antiga recolhida de um lixão. Adriana e Francisco eram catadores e também procuravam pequenos biscates, como limpeza de calçadas e corte de grama, para conseguir dinheiro. Com o risco de desmoroamento em dia de chuva mais forte, o casal saiu da casa e voltou a viver nas calçadas.

O problema foi o crack. Durante uma década usaram a pedra incessantemente. “Nunca roubamos, sempre conseguíamos uns trocados para comprar”, resume Francisco, 46 anos. Com o abuso da droga, uma tuberculose se acentuou, e Adriana chegou a ter menos de 30 quilos. Foi nessa época que o casal tentou trabalhar como gari, mas o emprego não durou mais de uma semana. “Ela não conseguia parar em pé debaixo do sol. Acabamos largando o serviço e voltando aos biscates ou a pedir dinheiro mesmo”, diz Francisco.

A droga foi responsável pelo afastamento dos filhos. Ela tem cinco, sendo que perdeu outros dois. O mais velho tem 22 anos. O adolescente tem 15 e vive em um abrigo em Gravataí. “Espero que ele me perdoe. Ensinei meus filhos a terem amor, espero que ele ainda queira me ver.”

Hoje, Adriana e Francisco comemoram cada dia sem crack como a vitória de uma vida inteira. “É um passo de cada vez. A fé e a igreja estão nos ajudando. Ah, glória!”, diz Francisco.



A saída da rua

O caminho para a saída das ruas é viável, mas não significa o afastamento total. Anderson Ferreira, que ficou dez anos morando ao relento, trabalha voluntariamente na Escola Porto Alegre com redução de danos. “O conceito de morador de rua está dado pela sociedade. Quem dorme embaixo da marquise, no banco da praça é visto como aquele que não produz, não trabalha e fuma crack. Essa conceitualização já está formada, agora precisamos desconstruir isso. É o que tento trabalhar com os alunos nas oficinas”, ressalta.

A redução de danos, conforme Anderson, é a contextualização das motivações que levam as pessoas a morarem na rua e a utilizarem drogas, e não a abstinência total. “O álcool pode ser consumido todos os dias nos bares porque o pessoal trabalha e não é tachado. Agora, quem está na rua é discriminado. Por isso, trabalho com a autoestima e mostro que a utilização de substâncias não é terra arrasada. Quem não quer parar de usar, está de boa, não levo esse discurso porque não resolve o problema.”

Quem diz é um ex-viciado em crack que durante 15 anos consumiu o subproduto da cocaína. Ele conta que começou a utilizar a droga muito cedo, depois que saiu de casa aos 17 anos para morar com uma

companheira. Formado em direito, ele sabia fazer o próprio empreendimento decorrentes do uso do crack, mas, quando vieram, culminou na saída de casa. A partir de lá,

Em 2004 foi morar na praça da Baixa, onde encontrou uma comunidade que trabalhava na noite. Ali ele conheceu o mundo das travestis. “Vocês são mais humanas do que elas”, diz, “o tipo de preconceito, são coisas que já conheci.”

Aliado à rua, vieram o tráfico de mão armada, resultou em um período de prisão em regime semiaberto. Anderson já estava em outro período de prisão. Havia largado a droga para trabalhar em espaços públicos. Estava, também, lutando pelos direitos dos moradores de rua.

Por falta de vagas, cumprimos o tempo e me fechado. Reclama da falta de políticas públicas e das condições de trabalho e atendimento médico somente em hospitais morrendo. Fora isso, uma

No início da manhã, pelo menos duas vezes na semana, Rodrigo faz a barba do jeito que dá, usando escasso material de higiene e sem se incomodar com aqueles que transitam na calçada da 24 de Outubro, próximo ao Parcão, onde mora há um mês. Enquanto isso, Adriana e Francisco, que hoje vivem numa calçada do bairro Azenha, não desistiram de voltar para a casa que tiveram que abandonar porque estava caindo



mo técnico em química, torpecente. Os problemas ck demoraram a surgir, minaram na separação e aí é que conheceu a rua. aça Garibaldi, na Cidade a nova companheira, que le conheceu também o é pode imaginar pessoas Como são alvo de todas as melhores pessoas que

os assaltos. Um deles, à condenação de seis anos aiaberto. O julgamento ime, cometido em 2005. a fase da vida quando foi ga e morado em abrigos engajado na luta pelos rua.

priu dois anos em regi- memora em obter defesa Presídio Central. “Aten- ocorre se você estiver enfermeira que não lhe

examina, pergunta se você tem ou não tuberculose ou Aids, e é isso.” Após sete meses em um dos piores presídios do país, Anderson foi transferido para outras casas prisionais. Hoje cumpre condicional.

Saindo da cadeia, o movimento social ressurgiu como uma virada de vida aliada à força de vontade. Participando de plenárias do Orçamento Participativo, foi um dos fundadores do Movimento de População em Situação de Rua em Porto Alegre. A questão é tão importante que está tatuada no braço direito.

Todo o processo de saída da praça, passando pela recuperação do uso de entorpecentes e pela seleção como facilitador social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), teve o acompanhamento da educadora social Veridiana Farias Machado. Eles se conheceram quando ele passou por um abrigo da Capital. “Ela sempre viu um potencial em mim, me incentivou, acreditou que eu sairia das ruas e poderia buscar outras oportunidades.”

Anderson não somente saiu das ruas como pretende chegar aos bancos da Universidade. No próximo vestibular da UFRGS, vai prestar provas para o Bacharelado em Políticas Públicas. Ele passou os últimos dois meses estudando em casa.

Movimento social

A ação do Movimento Nacional de População em Situação de Rua já teve muitos resultados, segundo Anderson. “A galera da rua recebe informações sobre todo e qualquer direito e é reconhecida pelo poder público a partir da mobilização. Só o fato de termos representação na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores para exigir a reabertura do Restaurante Popular – mesmo que parcialmente enquanto o prédio está em obras – já é muita coisa. Além disso, os moradores de rua estão mais conscientes sobre seus direitos ao acesso a todo tipo de serviço”, sustenta.

Segundo ele, a Escola Porto Alegre não foi fechada ainda por conta da ação da entidade, que realizou uma série de protestos e pressões junto à Prefeitura de Porto Alegre. A Secretaria Municipal da Educação alega que a alta evasão escolar e a dificuldade de garantir a frequência dos alunos seriam os motivos para o encerramento das atividades. Em abril de 2015, uma decisão judicial liminar determinou a manutenção do funcionamento da escola.

Recentemente, a prefeitura passou a conceder aluguel social de R\$ 500 para a população de rua, o que também é visto como uma conquista do movimento. É uma solução temporária a fim de retirar pessoas de tal condição, conforme o Departamento Municipal de Habitação (Demhab). Por mês, são ofertadas 50 cotas a famílias e indivíduos nessa situação. Há pré-requisitos para a concessão do benefício, como acompanhamento da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e possibilidade de busca pelo sustento próprio ou recebimento do Bolsa Família. Além disso, um comitê envolvendo moradores de rua, representantes de secretarias de Porto Alegre e da Defensoria Pública se reúne mensalmente para discutir as principais demandas dessa população.

O medo de morrer durante a noite é comum entre os moradores de rua, que temem por sua segurança a céu aberto



Aproximações

A UFRGS tem projetos de extensão com as populações de rua. O principal deles é o *Universidade na Rua*, coordenado pela professora da Escola de Enfermagem Themis Dovera. Oficinas são realizadas em conjunto com os movimentos sociais. A ação teve origem no projeto *Convivências*, em que alunos de diferentes cursos participavam de um dia de oficinas com moradores de rua. A meta é aproximar realidades tão distintas como a da academia e a das ruas.

Em 2011, o grupo manteve o *Projeto Saúde na Praça*, buscando pontos de concentração de população de rua, nos quais, além de avaliar a pressão arterial e as condições gerais de saúde, uma equipe voluntária preparava alimentos para os moradores.

“O *Universidade na Rua* contribui para a formação humana e social dos estudantes, na medida em que eles convivem com populações fragilizadas socialmente. Aprendem a se colocar no lugar do outro, a criar laços verdadeiros e desinteressados. Tenho absoluta certeza de que o projeto ainda será uma experiência de mudança e transformação”, ressalta a professora Themis.

Existe um “modo de vida na rua”, que não deve ser definido como errado. Nem todas as pessoas se ajustam às condições estabelecidas pela sociedade, como ressalta o professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS Fernando Fuão. “Nem todo mundo nasceu para casar e ter filhos ou para trabalhar. Isso é uma tradição europeia-protestante. Não é o modo de vida dos moradores de rua que deve mudar, nós é que precisamos aprender com eles.”

Envolvido com o *Universidade na Rua* e projetos com recicladores de lixo, Fuão destaca que a noção de casa própria também é fruto de normativas sociais. “Eles dizem que moram em tal marquise ou praça. É o olhar de que meu corpo é minha própria casa, não sendo necessária uma residência fixa para existir.” Em dezembro passado, o professor e os extensionistas Pedro Figueiredo e Bruno Cesar Eufhrasio de Mello lançaram a coleção *Inscritos no Lixo* pela Editora da UFRGS. A coletânea é composta por três livros com artigos e diários elaborados a partir dos diferentes trabalhos de extensão junto à população de rua.

Defesa e mediação

Os moradores de rua estão, com certeza, entre as pessoas mais vulneráveis em qualquer cidade. De acordo com a Defensoria Pública do Estado, os casos de violência e conflitos são recorrentes envolvendo policiais, moradores ou comerciantes de uma região ou mesmo a ocorrência de brigas entre os próprios habitantes de uma marquise ou parque.

Os conflitos em relação ao uso do espaço público são periódicos, como as tentativas de expulsão dessas pessoas ocorridas no ano passado na Cidade Baixa e no Centro Histórico da capital. Tais ocorrências podem ser mediadas pela Defensoria. “Reclamar de sujeira ou de medo de assalto é uma ação tipicamente preconceituosa. Fazemos a mediação entre o morador do prédio e o morador que fica debaixo da marquise para tratar a questão. Em geral, chega-se a uma solução do conflito. Esses casos raramente se tornam uma ação judicial”, explica a dirigente do Núcleo de Defesa em Direitos Humanos da Defensoria Pública, Alessandra Quines Cruz.

A Defensoria Pública recebeu diversas denúncias sobre “higienização” do caminho dos turistas durante a realização da Copa do Mundo em 2014. “Soubemos de situações relativas à expulsão de pessoas em diversos pontos turísticos, mas não foi possível provar nada, portanto, não houve processos judiciais.”



Perfil da população de rua

Em Porto Alegre, o último estudo oficial mostra que há 1.347 pessoas sem lar. O levantamento foi realizado numa parceria entre a UFRGS e a prefeitura ainda em 2011. Atualmente, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) tem um cadastro de 1,5 mil indivíduos que utilizam os serviços de acolhimento disponibilizados pela prefeitura. O Movimento Nacional de População de Rua contesta os dados, estimando mais de quatro mil moradores. “São informações apenas do Centro da cidade; não foram aos bairros”, critica o integrante da entidade Anderson Ferreira.

Já um dos coordenadores da pesquisa, Ivaldo Gehlen, diz que a margem de erro do estudo é muito pequena. “Cidades do porte de Porto Alegre têm mais ou menos essa quantidade de pessoas sem teto. Mas entendemos que os movimentos sociais reivindiquem números maiores justamente para buscar mais recursos junto às prefeituras. Esse procedimento faz parte da ação social e não é condenável.”

“As principais causas que levam alguém à rua são

A maioria não tem amigos ou companheiros, e essa pode ser mais uma causa a afetar sua saúde

perdas familiares, frustrações financeiras, afetivas, abuso de drogas e álcool. Por isso, observamos muitos idosos, inúmeros com profissão, e pessoas com problemas mentais”, ressalta Gehlen. Ainda de acordo com o estudo, não se modificou a percepção de que existem poucas mulheres vivendo nas ruas – elas representam 21% desse universo.

Os moradores de rua não costumam passar fome ou frio, segundo o professor. De forma geral, essa problemática foi resolvida. De acordo com os pesquisadores, a estigmatização e as ameaças de violência são os principais dilemas. Entre os sem-teto, 65% moram na rua, o que significa que não frequentam abrigos disponibilizados pelo poder público. Dessa forma, a falta de banho é um obstáculo para acessar muito locais. A instalação de banheiros públicos com chuveiros em parques, por exemplo, minimizaria o problema de pessoas como Rodrigo, que vive no Parcão.

Outro indicativo do perfil dos moradores de

calçadas e parques é a solidão, segundo o docente. A maior parte dessa população não tem amigos ou companheiros. Essa pode ser mais uma causa para a incidência de problemas de saúde mental. Além disso, ao contrário da expectativa, muitos habitantes sem-teto não querem voltar para uma residência. “Aqueles pessoas que estão na rua há até cinco anos têm chances mais reais de se adaptarem a um novo lar, mas, à medida que esse tempo vai se prolongando, diminuem muito as chances de retirar uma pessoa de praças ou debaixo de marquises de edifícios”, garante o pesquisador.

Outro dado relevante vem do acompanhamento de moradores de rua a partir do Movimento Nacional ligado a esse público. Problemas na infância vão se refletir na fuga de um lar para as ruas. “A grande maioria dos jovens que vão morar na rua passou a adolescência em abrigos ou fugiu desses locais. Dessa forma, podemos pensar nas falhas dessa política de abrigagem”, ressalta Anderson Ferreira.